

Governadores deixam crise como herança

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

Uma crise financeira sem precedentes; o comprometimento de quase toda a receita tributária com o pagamento de pessoal; a virtual paralisação dos investimentos e um serviço da dívida interna e externa cada vez maior, é o quadro da herança que os atuais Governadores deixarão para seus sucessores a partir de 15 de março do próximo ano.

Os novos chefes dos Executivos estaduais encontrarão, também, um novo e mais duro relacionamento com o Governo Federal a respeito de ajuda da União, e enfrentarão uma crescente pressão dos ministros da área econômica sobre o Presidente para evitar liberação de recursos adicionais a pretexto de financiar projetos novos prometidos pelos eleitos na campanha sucessória.

Este ano, segundo as últimas avaliações da Secretaria do Tesouro Nacional — STN — as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios, à conta dos Fundos de Participação, deverão somar Cz\$ 93,2 bilhões, incluído neste valor o adicional de Cz\$ 13,9 bilhões correspondentes ao excesso de arrecadação já apropriado pelo Tesouro.

Em 1987, conforme as projeções do Ministério do Planejamento, as transferências federais para os Estados e Municípios somarão Cz\$ 107,4 bilhões; um acréscimo inexpressivo, considerando a inflação real (não a tabelada) que ocorrerá no período, e os planos que os novos Governadores certamente pretenderão realizar.

Por outro lado, não há, da parte do Palácio do Planalto nenhuma intenção de flexibilizar sua rígida posição no tocante ao financiamento da dívida interna e externa dos Estados.

A ordem é admitir a rolagem integral da dívida interna e de 75 por cento da dívida externa, cabendo aos Estados pagar os juros integrais das duas dívidas e mais 25 por cento do principal dos débitos com o exterior. Os Estados que deixaram de honrar seus compromissos externos e internos, na forma acertada, poderão ter bloqueadas parcelas crescentes dos recursos federais transferidos.

APERTO NOS BANCOS

Da mesma forma, não há disposição do Banco Central de facilitar as coisas para os futuros Governadores, liberalizando a atuação dos bancos estaduais. As regras adotadas em maio pelo Conselho Monetário Nacional, limitando as operações dos bancos estaduais com instituições do mesmo Estado, embora tenham sido adotadas com vistas às eleições de no-



vembro próximo, não têm data para serem abandonadas.

Por outro lado, os 16 bancos estaduais que se encontram em situação financeira precária, e que estão firmando com o Banco Central um novo acordo de refinanciamento de suas dívidas, estimadas em Cz\$ 15,0 bilhões, terão de cumprir estritamente todas as cláusulas do novo ajuste, cuja duração é de três anos, abrangendo, portanto, 75 por cento do mandato dos futuros Governadores.

Como uma forma de comprometer os diretores dos bancos estaduais com as rígidas regras da nova versão do programa de saneamento financeiro, o acordo que eles estão assinando prevê que o Banco Central poderá a título de punição aos infratores, fazer anotações cadastrais nas fichas dos dirigentes dos bancos, impedindo-os de assumir posições de direção em quaisquer instituições financeiras do país, públicas ou privadas.

Diferente não é a situação dos Municípios, cuja dívida interna, apurada até o mês de julho, soma Cz\$ 15,0 bilhões, tendo o BNH como o maior credor, com Cz\$ 8,0 bilhões. A dívida mobiliária soma Cz\$ 3,3 bilhões; os bancos privados são credores de Cz\$ 1,1 bilhão e os restantes são compromissos esparsos, inclusive com fornecedores e empreiteiros.

Os Municípios estão sendo pressionados pelo BNH para pagar pelo menos uma parcela dessa dívida, mas se recusam a conversar sobre o assunto, alegando falta de recursos. Essa resistência poderá levar o BNH a suspender a contratação de novas operações de empréstimos com os Municípios, ou limitá-las ao retorno das aplicações anteriores.

Há dois meses o presidente Sarney reuniu, no Palácio do Planalto, os ministros do Planejamento, João Sayad, do Meio Ambiente, Deni Schwartz, a

quem está subordinado o BNH, e do Gabinete Civil, Marco Maciel, para uma análise do quadro de endividamento dos Municípios e a busca de alternativas para aliviá-lo, mas todas as sugestões esbarraram na constatação da resistência dos prefeitos em pagar suas contas.

O esfriamento das relações políticas entre os Governadores e o Palácio do Planalto; as acusações de falta de cooperação dos Governadores com o Presidente, em relação ao Plano Cruzado, partidas de assessores de Sarney; a falta de interesse do Presidente nas sucessões estaduais e a sua despreocupação com os resultados eleitorais de 15 de novembro criaram um quadro que permite ao Planalto endurecer com os Governadores em matéria de dinheiro.

A experiência de eleições anteriores, em que os Governadores afinados com o Planalto tudo obtinham de Brasília, mesmo nos períodos mais duros do regime militar, não está se repetindo agora. Frequentemente os Governadores deixam Brasília de mãos vazias, após peregrinarem pelos gabinetes dos ministros da área econômica, e muitos desistem de vir à capital pois sabem que um sonoro não, dito por um tecnocrata do segundo escalão os espera.

Segundo os cálculos do Ministério do Planejamento, o déficit dos Estados e Municípios, medido pelo conceito do FMI — Necessidades de Financiamento Líquido — chegará a Cz\$ 12,2 bilhões este ano, sendo Cz\$ 3,3 bilhões da dívida externa e Cz\$ 8,9 bilhões da dívida interna, correspondendo a 0,4 por cento do PIB. Como o Governo trabalha com a hipótese de um déficit global de 4,5 por cento do PIB, segue-se que a participação dos Estados e Municípios é de menos de 10 por cento desse déficit. Mesmo assim, o Governo Federal não quer contribuir para aumentá-lo.